



Artigo

Docência no Ensino Superior em tempos de Escola sem Partido

Teaching in higher education in times of non-partisan school

Docencia en la enseñanza superior en tiempos de escuela sin partido

Enseigner dans l'enseignement supérieur en période d'école sans parti

Priscila Leite Gonçalves¹, Erika Alicia Budin Bizama², Giselle Pacifico Sartori³, Natalia Afonso Rubio⁴ e Diego Rafael Betti Russo⁵

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: priscilagoncalves@usp.br

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: erika.alicia01@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Medicina Tropical e Saúde Internacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: gisellesartori@gmail.com

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: nataliaafonso@usp.br

⁵ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: diegorusso@usp.br

Resumo

Este artigo buscou apresentar uma revisão sistemática da produção científica nacional sobre o Movimento Escola sem Partido (MEsP), visando a identificar as temáticas mais frequentes da referida produção, bem como com as questões de gênero nela imbricadas, configurando um recorte específico para a discussão do impacto do Movimento Escola sem Partido na formação dos professores no Ensino Superior. Os dados foram coletados durante o mês de abril de 2018 junto ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, totalizando 30 estudos incluídos na análise qualitativa. Evidenciou-se que a produção científica na área é incipiente, e a temática de maior relevância se dá em torno da problematização e crítica do Movimento Escola sem Partido. A questão de gênero aparece de forma fragmentada e não aprofundada.

Palavras-Chave: Escola Sem Partido; Gênero; Ensino superior; Formação de Professores; Educação.

Abstract

This article aimed to present a systematic review about the scientific production regarding the Non-partisan school movement to identify the most frequent themes of this production, as well as gender issues and its impact in higher education. Data were collected during the month of April 2018 in Capes portal. A total of 30 articles were collected and included in the qualitative analyses. It was evidenced that the scientific is incipient and the main theme is the criticism to the movement. Gender issue seems to be fragmented and not deeply discussed.

Keywords: Non-Partisan School; Gender; Higher Education; Teacher Education; Education.

Resumen

Este artículo buscó presentar una revisión sistemática de la producción científica nacional sobre el Movimiento Escuela sin Partido, buscando identificar las temáticas más frecuentes de dicha producción, así como con las cuestiones de género en ella imbricadas, configurando un recorte específico para la discusión del tema el impacto del Movimiento Escuela sin Partido en la formación de los profesores en la Enseñanza Superior. Los datos fueron recolectados durante el mes de abril de 2018 junto al Portal de Periódicos de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior, totalizando 30 estudios incluidos en el análisis cualitativo. Se evidenció que la producción científica en el área es incipiente, y la temática de mayor relevancia se da en torno a la problematización y crítica del Movimiento Escuela sin Partido. La cuestión de género aparece de forma fragmentada y no profundizada.

Palabras Clave: Escuela Sin Partido; Género; Enseñanza Superior; Formación de Profesores; Educación.

Resumé

Cet article visait à présenter une revue systématique de la production scientifique nationale sur le Mouvement École sans parti, visant à identifier les thèmes les plus fréquents de cette production, ainsi que les questions de genre qui sont entrelacées, en configurant une coupure spécifique pour discuter de l'impact du Mouvement École sans parti dans la formation des enseignants de l'enseignement supérieur. Les données ont été recueillies au cours du mois d'avril 2018 à partir du portail des périodiques de la coordination de l'amélioration du personnel de plus haut niveau, totalisant 30 études incluses dans l'analyse qualitative. Il a été prouvé que la production scientifique dans la région est naissante, et le thème de la plus grande pertinence est autour de la problématisation et de la critique du Mouvement École sans parti. La question du genre semble fragmentée plutôt que approfondie.

Palabras Clave: École Sans Parti; Genre; Enseignement Supérieur; Formation des Enseignants; Éducation.

Introdução

A educação é um poderoso instrumento para a formação humana, e ao longo processo histórico e das formas de sociabilidade vigentes em cada período, evidencia-se o caráter de mutabilidade em sua concepção, função e determinantes. A natureza e a função social da educação, nos dias de hoje, abarca a tarefa de formação integral de

indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas. Afirma-se que isto seria um processo permanente, um ideal a ser perseguido, de modo especial na escola, mas também fora dela” (Tonet, 2013:80, 81).

Entretanto, na sociedade capitalista atual, uma educação que não tem clareza dos seus fins (isto é, não tem conhecimento sólido acerca da natureza da emancipação humana), do processo histórico humano e da realidade do mundo atual, da natureza essencial de seu campo específico, do domínio dos conteúdos próprios de cada área do saber, tampouco promove a articulação da atividade educativa com as lutas estabelecidas pelas classes subalternas, configura-se, por conseguinte, uma atividade educativa que contribui menos para a emancipação humana do que para a transformação do ser humano em mercadoria que atenda aos interesses do capital (Tonet, 2013).

Em um contexto em que o Movimento Escola sem Partido (MEsP) ganha espaço no debate público com o objetivo de extinguir o espaço de discussões sobre gênero e política nas escolas, as atividades educativas e os sujeitos ocupantes de lugares minoritários são amordaçados, uma vez que são destituídos de palavras.

É preciso que a escola se construa enquanto um espaço igualitário que combata cotidianamente discurso inigualitários. É urgente que ela trabalhe para dar voz, palavra, a homens e mulheres de orientação homossexual, a negros/as, aos povos indígenas, às mulheres, às pessoas portadoras de quaisquer necessidades e a todos e a todas que ocupem lugares minoritários a fim de constituir-se como um agente de resistência e combate às múltiplas formas de opressão que ferem os direitos daqueles e daquelas que não estão enquadrados. Ferir esses direitos é desumanizar, é privar esses sujeitos de reconhecimento de sua humanidade (Silva, 2007:6).

De acordo com Miguel (2016), embora o MEsP tenha nascido com outra agenda, este ganhou maior visibilidade quando da confluência de seu projeto para o combate à denominada (e estigmatizada) “ideologia de gênero”, que veio de encontro com as iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas.

Embora a sensibilidade em relação à igualdade de gênero tenha se tornado transversal a muitas políticas governamentais, a preocupação central dos conservadores religiosos é com a educação (e, em menor medida, com os meios

de comunicação de massa). Entende-se que as crianças seriam as mais vulneráveis à “ideologia de gênero”, que impediria a consolidação da identidade masculina ou feminina. No Brasil, foram alvos prioritários o plano nacional de educação, aprovado em 2014 depois de longa tramitação, e os planos de educação votados em 2015 nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras municipais. Tais planos devem reger o ensino por um prazo de dez anos (Miguel, 2016:599).

Nessa perspectiva, a (de)formação de indivíduos nos moldes dos currículos de uma escola sem partido, que restringe os indivíduos da apropriação de conhecimentos, valores e habilidades fundamentais para se constituírem, efetivamente, membros do gênero humano, produzirá quais efeitos no ensino superior, na formação e práxis docente?

Posto este questionamento sobre o reflexo de movimentos conservadores na formação dos professores do Ensino Superior, o presente artigo busca realizar um levantamento da produção científica nacional sobre MESP no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), articulando questões de gênero como recorte relevante para problematizar a formação de docentes do Ensino Superior em tempos de Escola sem Partido. No primeiro momento, far-se-á uma apresentação sobre a origem e propalação do MESP, bem como suas propostas e trajetória na esfera legislativa brasileira. No segundo momento, proceder-se-á com a revisão de literatura para uma aproximação da abordagem do tema no âmbito acadêmico.

1. Movimento Escola Sem Partido: o combate à Educação

A ideia do Movimento Escola sem Partido (MESP) foi elaborada um ano antes de sua criação em 2004, por Miguel Nagib quando a sua filha chegou da escola dizendo que o professor de história havia comparado Che Guevara com São Francisco de Assis, em que ambos abriram mão de tudo por uma ideologia, o primeiro em nome da ideologia política e o segundo por uma religiosa (Bedinelli, 2016). Diante disso, Nagib escreveu uma carta ao professor e imprimiu 300 cópias distribuindo no estacionamento da escola, mas não obteve sucesso. Como não conseguiu mobilizar pessoas a favor de sua causa, Nagib resolveu criar uma associação para “lutar contra o abuso” de professores em que as crianças são vítimas (Bedinelli, 2016). Desde então, o movimento escola sem partido, vem se ampliando com a “intenção” de proteger a liberdade e consciência do estudante justificando a atuação dos professores como abusivo e doutrinador.

O movimento está dividido em duas vertentes, o projeto escola sem partido que defende o combate contra a doutrinação ideológica e uma associação informal de pais, alunos que se dizem preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras (Escola Sem Partido, 2018). Como pretexto, afirmam que o único objetivo é informar e conscientizar os estudantes sobre os seus direitos, a fim de que eles mesmos possam exercer sua defesa, já que dentro das salas de aula ninguém mais poderá fazer isso por eles (Escola Sem Partido, 2018).

A proposta do movimento é fixar um cartaz em sala de aula especificando quais são os deveres do professor a partir de regras pré-estabelecidas com a finalidade de evitar uma possível doutrinação ideológica ou política. Segundo os argumentos encontrados no site da

organização, os deveres dos professores se limitam a: 1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas ou morais, políticas e partidárias; 2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; 3. O professor não fará propaganda político partidária em sala de aula nem incitará os alunos a participar de manifestações, atos públicos ou passeatas; 4. Ao tratar questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa, isto é, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; 5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções; 6. O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

Ademais, alegam que esses deveres já existem na constituição federal (art. 5º, VI e VIII; art. 206, II, III; arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput) e na Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), o que torna a ideia contraditória, já que uns dos artigos mencionados defende a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 206, II, III) (Brasil, 1988).

O movimento pode ser contextualizado em três fases: a primeira é caracterizada por um período reprodutivista, no qual os textos são copiados de outras fontes, a segunda em que a notícia sobre a organização começa a refletir em alguns blogs ou sites sindicais e a terceira fase inicia-se em 2014, quando a partir da primeira criação de um projeto de lei, o MESP fica bem mais conhecido com a colaboração dos meios de comunicação (Katz & Mutz, 2017).

No ano de 2015, o MESP uniu-se a outros grupos de direita como o Movimento Brasil Livre e o Revoltados Online a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Apoiaram o governo Michel Temer, cujo Ministro da Educação, Mendonça Filho, recebeu a visita de um dos seus porta-vozes, o ex ator Alexandre Frota, nos primeiros dias de seu mandato (Souza et al, 2016), a família Bolsonaro também são defensores da ideia (Nicolazzi, 2016). A visita ao ministro teve o objetivo de apresentar propostas para a educação brasileira que inclui a proibição da doutrinação político-partidária e de conteúdos que divulguem a ideologia de gênero (Cunha, 2016).

A ideia do MESP está presente em 14 estados associados a vários partidos conservadores, é defendida por parlamentares e possui ligação com organizações da burguesia como o Instituto Milenium, o Foro de Brasília, o Instituto Liberal e a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), esta união mostra tamanha incompatibilidade com o conceito do movimento já que próprio nome é esclarecedor em questão de sua ação (Sousa Junior, 2017).

Em 2015 surge o primeiro projeto de lei (867/2015) apresentado pelo deputado Izalci (PSDB/DF) a ementa que inclui, entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Programa Escola sem Partido (Câmara, 2015). Em âmbito federal, o Senador Magno Malta (PR/ES) apresenta o Projeto de Lei do Senado (193/2016) com o mesmo intuito do deputado (Senado, 2016). Hoje, os projetos de lei tramitam em 8 Assembleias Legislativas e em 10 Câmaras Legislativas (Escola sem partido, 2018). Esses projetos se aprovados, impedirão a difusão de conceitos marxistas, debates sobre gênero e sexualidade, tais imposições tornarão os professores em apenas reprodutores de discursos que conformam os alunos diante das desigualdades sociais, da intolerância religiosa e do preconceito de gênero (Ramos & Stampa, 2016).

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão sistemática acerca do Movimento Escola sem Partido, realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual reúne e disponibiliza vasta produção científica nacional e internacional. Foi utilizado na consulta dos artigos o descritor: escola sem partido. No período de realização do levantamento bibliográfico, que se deu durante o mês de abril de 2018, foram encontrados 35 artigos que abarcam o descritor Escola sem Partido – seja no título, resumo, corpo do texto, bibliografia ou nota de rodapé –, publicados nos anos de 2016 e 2017. Destes 35 artigos reunidos na busca, cinco apareciam replicados e foram excluídos. Após a leitura individual dos resumos de cada artigo encontrado, com o intuito de verificar a pertinência e a relação com o objetivo deste estudo, todas as publicações foram avaliadas como elegíveis para posterior análise por consenso dos autores, totalizando 30 estudos incluídos na revisão bibliográfica.

Em seguida, este corpo documental foi submetido à leitura ainda mais criteriosa, no sentido de sumarizar a temática principal e sua relação com o Movimento Escola sem Partido, bem como com as questões de gênero nele imbricadas, configurando um recorte mais específico para a discussão do impacto do MEsP na formação dos professores no Ensino Superior.

3. Resultados e Discussão

Devido à identificação dos artigos nas bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES ser condicionada às escolhas das palavras-chave pelos autores e às ferramentas de buscas, salienta-se que, embora tenha sido empregado o adequado rigor no rastreamento dos artigos, algumas produções podem não ter sido localizadas.

Os 30 estudos foram analisados no que tange à abordagem do Movimento Escola sem Partido e as temáticas principais sumarizadas, bem como as questões de gênero que, eventualmente, pudessem estar presentes nas produções.

O artigo de Reis, Campos e Flores (2016) promove um diálogo entre o que intenta a Proposta de Lei Escola Sem Partido com as noções que vêm sendo tecidas pelo campo de estudos do currículo, cuja neutralidade, ideológica e política, é impraticável, haja vista a impossibilidade dos professores aprenderem a separar seus valores morais, políticos e ideológicos dos conteúdos, pois nem mesmo os conteúdos escolares previstos nos currículos formais o são. As autoras problematizam frontalmente a questão da neutralidade que a EsP se diz portadora, convocando o leitor a combatê-la, e se posicionam-se quanto a perseguição dos professores, que acabam tolhidos de exercerem suas atividades docentes, afirmando que lecionar por um projeto de cidadania, não pode ser um crime.

A palavra gênero é mencionada na fala de um professor de Educação Básica da Rede Estadual do Rio de Janeiro, sobre suas impressões da EsP: “o mesmo projeto pretende interferir

direta e incisivamente na relação professor-aluno, desrespeitando a base do processo de ensinoaprendizagem e arbitrando os conteúdos a serem trabalhados. Política, religião, ideologia de gênero e outros temas combatidos pelo projeto seriam monitorados de perto quando abordados em sala de aula. Ação que contraria as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que destacam a valorização da universalidade, pluralidade e diversidade de conteúdos” (p. 210).

O artigo de Di Fanti (2017) problematiza também a questão da neutralidade da Escola sem Partido. Baseada na teoria bakhtiniana e na ergologia, ela parte do pressuposto de que a dimensão de valores é constitutiva das atividades de linguagem e de trabalho e, dessa forma, há impossibilidade de neutralidade da atividade humana, bem como observa a resistência a tentativas de coisificação do ser humano. A autora também critica a proposta da EsP no que se refere à “ideologia de gênero”, considerando que há retrocessos no combate a homofobia e igualdade de gênero, uma das propostas do governo de Dilma Rousseff, que pretendia inserir essas discussões nos currículos escolares.

Bittencourt (2017) problematiza a possibilidade de haver neutralidade na práxis educacional e, no decorrer do texto, aborda a limitação da liberdade de cátedra do professor na realidade educacional brasileira, apontando que, na verdade, a EsP tem a intenção de “eliminar da atuação do professor o seu papel de estimulador da reflexão crítica sobre os problemas sociais de nossa realidade política, auxiliando assim os estudantes a compreenderem as nossas contradições estruturais” (p. 117). A questão de gênero aparece numa citação de Henry A. Giroux, que defende que “as escolas deveriam educar os estudantes para combater os limites opressivos da dominação baseada em gênero, raça, classe e idade” (p. 123), e nas considerações finais do artigo, em que o autor afirma que a “formação do educando pressupõe o debate acerca de todas as temáticas pertinentes na conjuntura sociopolítica em vigor”, (p. 131) e, nesse sentido, a discussão de gênero é inevitável.

Ramos e Stampa (2016) fazem uma analogia do Programa Escola sem Partido com documentos da ditadura militar guardados pelo Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), buscando exemplificar como a prática docente crítica era alvo de perseguição na época. Os autores relacionam o controle do trabalho docente em dois períodos históricos distintos, situando esse controle no campo das disputas político ideológicas em torno do currículo e concluem que apesar de vivermos numa democracia, a intensidade das forças sociais conservadoras atualmente tem suscitado um novo processo de perseguição docente no interior das instituições escolares. Há várias citações ao longo do artigo sobre Gênero e Sexualidade, que defende que os debates acerca dessa temática, na escola, contribuem com a construção de uma sociedade mais tolerante.

Macedo (2017) busca entender como a emergência do Movimento Escola sem Partido e de suas demandas conservadoras deslocam as negociações políticas na elaboração da Base Nacional Curricular Comum. No texto há o questionamento da possível “neutralidade” da base nacional comum para os currículos, sustentando uma posição político-econômica crítica à EsP, bem como à “ideologia de gênero”.

O artigo de Sousa Junior (2017:953) apresenta o livro da Prof^a Maria Ciavatta, que reúne 19 autores problematizando o projeto Escola sem Partido (EsP), vinculando-o ao “golpe de Estado expresso no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff”, portanto, assume uma posição político-econômica crítica, citando diversos teóricos, sobretudo referentes à luta de classes, neoliberalismo etc. Segundo o autor, a EsP é vista como uma ameaça à Educação, com argumentos moralistas, conservadores, e afirma que possui vínculos claros com organizações da

hegemonia burguesa, citando, inclusive, nomes de políticos, partidos e institutos. Além disso, alguns de seus apoiadores possuem “ideias de apoio a regimes ditatoriais, acompanhadas de ataques a lutadores sociais e a todo tipo de perspectiva progressista que defenda segmentos LGBT, negros, indígenas, feministas, sem-terra, sem-teto, trabalhadores e explorados em geral” (p. 954).

O artigo de Cunha (2016) descreve três situações, do ano de 2016, inter-relacionando-as: o túnel, o Frota, a ideologia de gênero. Trata-se de uma narrativa que articula “notas inacabadas e dispersas da observação de diferentes acontecimentos relacionados aos casos de estupro coletivo que provocaram consternação e mobilização de diversos grupos no Brasil e ao processo de impedimento da Presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff” (p. 2), por meio de uma proposta etnográfica. Como subtítulo relacionado ao ator Alexandre Frota, a autora explica o MESP como “um conjunto de diretrizes para a educação brasileira que, em seus princípios, inclui a proibição da “doutrinação político-partidária” e de conteúdos que divulguem a “ideologia de gênero”.” (p.8). Na sequência, discorre sobre a ideologia de gênero e sua disputa no Legislativo Brasileiro, em que havia a polarização dos que reivindicam “em nome de Deus e da Família” e os que buscam igualdade de direitos. Citou vários projetos de Lei, que repetem “as censuras àquilo que seus proponentes denominam “doutrinação política” e “ideologia de gênero”, definidas como práticas e conteúdos ameaçadores à educação posto que ferem a autonomia dos pais de educar seus filhos conforme seus princípios morais” (p. 11). Ao final, a autora conecta esses contextos, da “cultura do estupro” à “ideologia de gênero”, concluindo que este último se constitui “uma categoria política que encontrou no legislativo um campo privilegiado para seu estabelecimento e difusão. Por meio de um trabalho sistemático, contínuo, capilar e vigilante, bancadas políticas religiosas conseguiram retirar a perspectiva de gênero dos principais marcos reguladores da educação pública brasileira” (p. 12).

O artigo de Finkler (2017) é uma resenha do livro ¿Quo Vadis, Universidad?, de Francisco Esteban Bara e Begoña Román, que discorre sobre o percurso evolutivo da universidade e suas diversas ideias, culminando com diferentes concepções de universidade, uma “progressista”, voltada à eficiência na ‘formação profissional’ a serviço da comunidade social e política, e uma “clássica”, relacionada à excelência por meio da ‘educação universitária’ ou formação humanística. No segundo capítulo, há uma discussão do que é o que deveria ser a missão da universidade, a partir do ponto de vista filosófico de autores de grande relevância da universidade moderna, que, em comum, entende que as ações da universidade deveriam estar voltadas para a educação integral da pessoa. Nesse sentido, há uma menção sobre a EsP quando o autor apresenta a terceira parte do livro, em que há uma crítica comunitarista da instituição universitária em seus discursos que atentam contra a educação moral.

Frigotto (2017) explicita a centralidade ontológica do trabalho no conjunto da obra do filósofo e educador Dermeval Saviani. No decorrer do artigo, o autor apresenta também a contribuição do filósofo para o campo da educação, ele “traz-nos o sentido de como a escola, na produção e socialização do conhecimento, em seu conteúdo, método e forma de educar, exerce a função política de mascarar as relações sociais de exploração ou, no espaço contraditório em que se move a luta de classe, de revelar essas relações e a necessidade de sua superação.” (p. 514). Nesta perspectiva, a EsP aparece no texto como um tema atual, que ganha outra dimensão e relevância, “no contexto de uma crescente escalada que segue na direção de anular a função docente de ensinar e de educar, pelo que, como e para que se ensina” (p. 515).

Flores, Tella, Rocha e Matos (2016) discutem os desafios de implantação de uma agenda antirracista no contexto brasileiro, objetivando ações institucionais desenvolvidas no campo da

educação, mais especificamente a análise de um projeto de educação antirracista no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. Há menção da Escola sem Partido numa nota de rodapé do artigo, quando os autores apresentavam os resultados de um questionário aplicado em alunos e docentes em decorrência de um “curso de formação antirracista” promovido pelo Proafro, cujas respostas apontam para nova qualificação/melhorar a qualificação dos professores; fortalecimento das identidades; enfrentamento do racismo. No mesmo questionário, outra pergunta indagou sobre as mudanças ocorridas após o contato com as questões étnico-raciais. Esse é um tópico de enorme relevância, dado que o parlamento brasileiro, em guinada conservadora, vem discutindo a exclusão de temas como gênero, relações étnico-raciais, entre outras, do horizonte de formação dos alunos.” (p. 175). Concluem que a educação desempenha um papel importante na construção da política da dignidade e na relação da estima simétrica entre nossos alunos, onde a escola “é uma das principais instituições – ou a principal – com espaço para desconstruir os preconceitos, discriminações e as invisibilidades em suas diversas circunstâncias.” (p. 184)

Ramos e Santoro (2017) são autores que também abordam a temática do movimento Escola Sem Partido, utilizando em sua discussão, entretanto, o pensamento de Paulo Freire – debatido negativamente no contexto do movimento. A partir da análise e apresentação de documentos da ditadura militar que exemplificam a perseguição ao pensamento freireano ocorrida na época, os autores concluem que as estratégias de perseguição adotadas por ambos (Movimento Escola Sem Partido e ditadura militar) é muito similar – com a associação recorrente do pensamento de Paulo Freire a processos de doutrinação ideológica de esquerda.

Saindo do contexto pedagógico e utilizando-se de um olhar jurídico, Baggentoss (2016) objetiva examinar o panorama de propositura do Programa Escola Sem Partido – ESP, de modo a questionar se o projeto de lei almejado pelos organizadores do movimento possui pertinência jurídica tanto ao ordenamento jurídico brasileiro como ao contexto pedagógico pátrio atual. A autora conclui que o projeto possui termos e expressões altamente questionáveis, perfazendo-se como contraditório, tendo em vista que estimula uma suposta neutralidade na prática pedagógica ao mesmo tempo em que proíbe a abordagem de assuntos e orienta que a atuação da escola e do professor deve guiar-se através das convicções religiosas e morais das famílias.

Além disso, a autora reitera que o Programa Escola Sem Partido não possui sua justificativa no direito da criança e do adolescente de aprender e ser educado, mas sim no estabelecimento de certas condutas, portadoras de forte cunho ideológico. Tais condutas restringem a liberdade de atuação pedagógica dos professores e, em consequência, o direito de aprender dos estudantes – movimento oposto à própria proposta do movimento.

Sallas (2017) realiza uma análise dos processos políticos protagonizados por jovens estudantes no contexto das ocupações das escolas de Ensino Médio e universidades públicas no ano de 2016. A autora analisa o referido processo a partir de duas perspectivas principais: as formas diferenciadas de ação política da juventude na contemporaneidade; e o contexto de reconhecimento dos jovens como atores políticos através da criação de instâncias institucionais de promoção e incentivo à participação política por meio das Conferências Nacionais de Juventude – ocorridas nos anos de 2008, 2011 e 2015.

Apesar do objetivo de seu trabalho não estar ligado diretamente à temática do Movimento Escola Sem Partido, Sallas (2017) faz referência ao assunto ao discorrer sobre o processo de teor regressivo e repressivo que vem ocorrendo nos últimos anos, do qual participam grupos políticos conservadores que ameaçam a Educação Pública – entre eles o Movimento Escola Sem Partido e o Movimento Brasil Livre (MBL). Em meio a esse processo, surgiram contextos de luta

– como o dos estudantes das ocupações – e a autora busca analisar quais foram as circunstâncias aí envolvidas.

Outro artigo que cita o Movimento Escola Sem Partido ao tratar de assuntos a ele correlatos é o de Dantas (2017). O referido trabalho possui como temática central os 20 anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída em 1996, procurando analisar os limites normativos e os desafios impostos à Educação Básica na atual conjuntura política e social do país. O autor faz referência a projetos de leis de cunho reacionário e conservador – entre eles os que integram o movimento Escola Sem Partido – que, caso incorporados à LDBEN, iniciarão um processo de esvaziamento da liberdade epistemológica e docente, além dos embates teóricos e metodológicos, tão importantes à formação integral e crítica dos estudantes.

Duarte (2017) realiza uma discussão sobre o projeto ético-político profissional, que vem sendo questionado na contemporaneidade graças à dificuldade de compressão sobre a profissão, assim como de seu projeto profissional crítico. A autora considera ser imprescindível para o fortalecimento da profissão o conhecimento de seus fundamentos. Tal conhecimento, além disso, possui o poder de promover a sustentação crítica e a disputa de direção, diante de projetos divergentes que surgem no contexto político. Fazendo referência ao projeto Escola Sem Partido, a autora cita ações que, possuindo como objetivo restringir os conteúdos de ensino tendo como base uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento, não contribuem ao desenvolvimento de reflexão crítica. Diante desse complicado campo político, os desafios à formação profissional são inúmeros, e a discussão acerca do projeto ético-político profissional se mostra como uma possibilidade de luta.

Santos (2017) busca problematizar as categorias ideologia e burguesia a partir do referencial teórico da obra de Gramsci, assim como a relação com os processos de constituição da hegemonia burguesa. Ao discutir o conceito de ideologia e suas relações no cenário político que se delineia atualmente, o autor faz referência ao Movimento Escola Sem Partido como um exemplo de proposta política que busca realizar um ataque ideológico através da ideia de “não ideologia”.

Carraro, Oliveira e Rovatti (2017); Nunes e Aguiar (2017); Almeida (2017); Miskolci e Campana (2017); e Vahl (2017) são autores que citam o Movimento Escola Sem Partido ao debater o cenário político que vem se configurando nos últimos anos no Brasil. Ao fazer isso, apontam as contradições do movimento, que prega pela “não ideologia” ao mesmo tempo em que possui forte teor ideológico, e os perigos que o mesmo representa para a liberdade da educação de jovens ao redor do país, cujo direito de receber uma educação pautada no criticismo e na liberdade de expressão lhes seria retirado.

Furlan e Maio (2016) objetivam compreender a influência das crises paradigmáticas que vêm ocorrendo no campo da educação nos últimos anos no contexto das teorias pedagógicas na contemporaneidade. Para tanto, buscam problematizar aspectos do pensamento pós-moderno, assim como diversos autores que privilegiam alterações de perspectiva sobre os postulados da modernidade, justificando seus objetivos na atual crise societária que tem impulsionado o questionamento das metanarrativas modernas – e da qual o Movimento Escola Sem Partido se origina.

Belisário (2016) possui como objetivo de seu trabalho discutir as ideias de representação, legitimidade e ação política de crianças a partir de uma experiência vivenciada com uma turma de 6º ano em uma escola de Ensino Fundamental, na qual o foco era acompanhar as atividades da representante de turma – eleita por seus colegas. O autor cita em sua discussão o projeto de defesa de uma escola na qual não haja espaço para os projetos políticos – pressuposto do

Movimento Escola Sem Partido, concluindo que a ação política das crianças se mostra como um importante instrumento na desmistificação da neutralidade do espaço escolar. Propõe, assim, que as práticas pedagógicas escutem mais as crianças e levem a sério o que elas têm a dizer e criam, assim como o modo como interagem com os adultos. A partir dessas mudanças de comportamentos e posturas – vindas da escola – podem ser derrubadas crenças e lançadas novas perspectivas sobre a atuação política.

Pacheco (2017) traz como propósito de seu trabalho a tarefa de analisar por quais maneiras a subjetividade moderna se expressa na obra “Os Inquilinos”, de Sérgio Bianchi. Buscando elos entre a temática da obra e os acontecimentos político-sociais da contemporaneidade, a autora discute a política sectária e os modos pelos quais a mesma gera um novo ciclo de sobre-rebaixamento do trabalho, aumento da violência estatal e privada, incitação à criminalidade (em especial a incorporação à linha de frente do tráfico de drogas). Além disso, coloca em posição de destaque o governo pós-impeachment como fator de aumento das políticas de corte de direitos sociais, repressão das manifestações populares e criminalização do pensamento – como se vê no caso do Movimento Escola Sem Partido.

Santo (2017) objetiva em seu trabalho refletir sobre a homossexualidade através do panorama teórico-conceitual da psicanálise clássica, buscando compreender como a teoria define o fenômeno em questão. O autor conclui que a psicanálise clássica voltou seus esforços no entendimento do fenômeno da homossexualidade com vistas a aliviar o sofrimento daqueles que lidam com ela, procurando auxílio terapêutico. Além disso, discute a escola como um dos espaços sociais nos quais a homossexualidade manifesta-se, tanto nos corpos dos sujeitos como em materiais educativos. Tendo isso em vista, observa-se no Brasil determinados esforços para que a escola se torne um local no qual sejam discutidas questões de sexualidade e gênero. Porém, tais esforços entram em embate direto com propostas de cunho conservador e muitas vezes religioso, que tentam tirar da escola seu direito de discussão dos fenômenos que cercam a vida dos estudantes – entre eles a sexualidade e o gênero.

Piccoli, Kligerman, e Cohen (2017) abordam a participação social como eixo estruturante nos marcos legais brasileiros, tendo como objetivo apresentar um panorama da participação social nas principais políticas públicas em saúde, saneamento e educação, a partir da Constituição Federal de 1988 até os dias de hoje, analisando até que ponto as políticas incorporam a participação social por meio da mobilização e se efetivamente potencializam o controle social. No decorrer do trabalho, as autoras citam algumas manifestações sociais ocorridas no Brasil, que são consideradas significativas, desde os anos 1960 até os movimentos contemporâneos, iniciados pelo impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff e posse do vice Michel Temer. Ao explicar esse movimento mais contemporâneo, há referência aos autores (Silva; Dickmann; Bernartt, 2017) do artigo “Radiografia do Golpe, neoliberalismo e destruição do Estado, “apagamento” dos direitos sociais, “Educação Temer(ária) e Escola sem Partido” e, dessa forma, a EsP aparece somente na bibliografia e não há menção sobre gênero.

Já o artigo de Batista e Nazario (2017) trata-se de uma coletânea de artigos que objetiva “documentar os avanços, retrocessos e desafios em relação à educação brasileira nos 20 anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação” (p.4). Esse dossiê reúne oito trabalhos de pesquisadores brasileiros e tem o intuito de contribuir com os debates das “nossas lutas históricas, dentre elas: universalização e efetivação do direito à educação pública, laica, inclusiva e de qualidade social” (p.4). O primeiro deles a ser apresentado é o de Jeferson Silveira Dantas, intitulado “Os 20 anos da LDBEN (1996-2016): limites e desafios na atual conjuntura política e social do Brasil”, que “denuncia os avanços das forças ultraconservadoras no Brasil e os seus

efeitos sobre a LDBEN, dentre estes a Emenda Constitucional 95, de 16/12/2016 (que versa sobre o teto gastos públicos) e Movimento da Escola sem partido.” (p. 4). Com relação a gênero, há uma menção quando as autoras refletem sobre a Educação no Ensino Fundamental, antes de apresentar a coletânea de artigos. Elas fazem uma analogia à metáfora da maldição de Sísifo, em que se veem “segurando a pedra para não retroceder nas questões relacionadas à identidade de gênero, por exemplo, recentemente retirada de muitos Planos de Educação (nacional, estaduais e municipais).” (p. 3).

O artigo de Paiva e Hillesheim (2016) tem como tema o processo contemporâneo que reedita o ciclo de ruptura da institucionalidade democrática no Brasil, desencadeado pelas forças reacionárias/conservadoras de agosto de 2016. Ao discorrerem sobre o Serviço Social na intrincada conjuntura de afirmação/regressão dos direitos sociais, citam que no âmbito da educação “ganha força a defesa de propostas ultrarreacionárias tais como “escola sem partido”, e a contrarreforma do Ensino Médio que reedita ideais típicos dos anos da ditadura Vargas (conhecida como Reforma Capanema), num claro viés tecnicista, distante de uma formação mais integral e crítica” (p. 243), consideradas por eles um retrocesso do governo golpista e ilegítimo de Michel Temer. Ainda sobre esses retrocessos, a questão de gênero é mencionada junto às inflexões sofridas ainda hoje pelo Serviço Social, tanto no âmbito da formação como no do exercício profissional propriamente dito, tais como “o acirramento da luta de classes; da discriminação etnorracial; das tentativas reiteradas de destruição dos avanços em relação à igualdade de gênero e aos direitos das minorias sexuais; do atravessamento dos postulados religiosos alienadores; do uso irracional dos recursos naturais, entre inúmeras outras questões” (p. 244).

O artigo de Alochio (2016) é dividido em duas partes. Na primeira, partindo de uma breve narrativa histórica sobre o conceito de cultura popular enquanto uma categoria intelectual destaca a concepção deste conceito em Augusto Boal e caracteriza o Teatro do Oprimido dentro de uma determinada tradição de cultura popular, o teatro político, engajado. Na segunda, relata uma experiência num curso de formação no Centro de Teatro do Oprimido que tem suscitado reflexões sobre a educação popular e o fazer pedagógico em geral. Na introdução o autor afirma que a EsP e sua presunção de defesa do pluralismo de ideias, na verdade caracteriza o sistema de ensino público brasileiro como doutrinário e totalitário e essa discussão serve como pano de fundo para seu posicionamento, que é “oposto a estes discursos na medida em que se percebe, não só um potencial educativo libertador e autonomista real na pedagogia de Paulo Freire e no Teatro do Oprimido de Augusto Boal, mas também que seus projetos estão de acordo com um efetivo “pluralismo de ideias” na arte e na educação” (p. 288). Nesta perspectiva do pluralismo de ideias, o autor traz reflexões sobre as dimensões socioeducativas do Teatro do Oprimido, em alusão à obra Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, e cita a questão de gênero, cuja prática preconceituosa, junto com raça e classe, “ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (p. 300).

Considerações Finais

É evidente que a educação se constitui como um campo profícuo de intensas disputas e interesses de várias ordens, cada qual, com um projeto de mundo – e, conseqüentemente, de sujeito - diferente. Mesmo que os professores de escolas e universidades sejam os alvos materiais desta disputa, vivemos numa época de onde a informação e o saber circulam de modo inédito, fruto da revolução tecnológica, descentralizando-os das instituições fechadas – (bibliotecas, escolas, universidades, etc.) -, e disseminando-os nos espaços abertos; o saber está cada vez mais passível de acesso. Somos então ofertados pela possibilidade de aprender incessantemente ao longo da vida, tornando-nos cidadãos aprendizes, protagonistas de um mundo onde a educação pôde se descolar do ensino e centrar-se na aprendizagem permanente.

Desta feita, podemos dizer que desde os grupos ultraconservadores (como o MESP) até os mais progressistas, todos estão involucrados a uma trama maior, a uma luta política – não em um viés partidário, mas no que diz respeito a um posicionamento existencial condizente a um anseio de sociedade. Contudo, fica evidente na análise dos artigos que o MESP já é capaz de acessar e disseminar, mais do que nos espaços físicos, seu ideário no corpo social; um verdadeiro contágio ideológico.

É irônico depararmo-nos com estes fatos justo pela análise de tais artigos: ora, mesmo que todos eles estejam, ou frontalmente contra o MESP ou critiquem de alguma forma o movimento, o MESP conseguiu se capilarizar e circular muito mais no meio social do que seus opositores (na maior parte, professores e alunos). Os que se opõe ao MESP, utilizam-se do recurso dos artigos científicos, com o risco de gerar uma retroalimentação estéril, caso toda a crítica não consiga ultrapassar os ainda altos muros acadêmicos. Não se trata, obviamente, de advogar contra o pensamento e publicação acadêmicas, nem de afirmar que grupos progressistas já não se organizem fora da academia. Mas quando constatamos que, invariavelmente, todos os autores destes artigos são unânimes quanto a posição política acerca o MESP, devemos problematizar, ao menos, porque a sociedade – que deveria ser um reflexo proporcional do corpo acadêmico visto que é ela que o compõe - não o é.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Ronaldo de. (2017). Os deuses do parlamento. *Novos Estudos*, 71(79).
- Alochio, Thiago O. (2016). Dimensões Socioeducativas do Teatro do Oprimido: Cultura, Teatro e Educação Populares. *Inter-Ação, Goiânia*, 41(2), 287-304.
- Baggentoss, Grazielly, A. (2016). Análise da pertinência jurídica do programa escola sem partido com base no critério da proporcionalidade e nos controles de evidência e justificabilidade aplicados pelo Supremo Tribunal Federal. *Revista de argumentação e hermenêutica jurídica*, 2(2), 22-40.
- Batista, Rosa; Nazario, Roseli. (2017) A maldição de Sísifo: os 20 anos de LDB (9394/1996) frente à conjuntura político-social brasileira. *Poiésis*, 11(19), =2-7.
- Bedinelli, Tatiana. (2016, 23 de junho de). O professor da minha filha comparou Che Guevara com São Francisco de Assis. *El País*, Acessado em 15 de maio de 2018, de: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html
- Belisário, Gustavo. (2016). Entre representantes e fofoqueiros. *Revista Política e Trabalho*, 45, 359-372.
- Bittencourt, Renato N (2017). A impossível neutralidade discursiva na práxis educacional e a improbidade ideológica da Escola sem Partido. *Revista Espaço Acadêmico*. 16(191), 117-133.
- Brasil. (2018). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Saraiva.
- Câmara dos Deputados. (2015). Projeto de lei 867/2015. Brasília, DF: Ferreira, Izalci Lucas. Acessado em 29 de maio de 2018, de: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>
- Carraro, Gissele., Oliveira, Mara de., & Rovati, Ana. (2017). Leituras de Realidade: ferramentas de apreensão da concreticidade da vida social e seus impactos barbarizantes e de visualização de possibilidades para além do capital. *Textos e Contextos*, 16(2), 328-344.
- Cunha, Flávia M da. (2016). O túnel, o Frota, a ideologia de gênero. *Ponto Urbe*, 18, 1-14. Acessado em: 29 de maio de 2018, de: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3137>
- Dantas, Jéferson S. (2017). Os 20 anos da ldben (1996-2016): limites e desafios na atual conjuntura política e social do Brasil. *Poiésis*, 11(19), 8-21.
- Di Fanti, Maria G. C. (2017). Implicações axiológicas e a 'Escola sem partido': (entre)olhares dialógicos e ergológicos. *E-scrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, 8(2), 65-75.
- Duarte, Janaína L. (2017). Notas sobre o projeto ético-político profissional: fundamentos, construção e desafios. Em Pauta: *Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 15(39), 176-200.
- Furlan, Cássia C., & Maio, Eliane. (2016). Educação na Modernidade Líquida: entre tensões e desafios. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, 21(2), 149-169.
- Escola Sem Partido. Acessado em 15 de maio de 2018, de: <http://www.escolasempartido.org/>.
- Finkler, Mirelle. (2017). Formação profissional e/ou educação universitária: de onde viemos, para onde vamos?. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(61), 465-468.
- Flores, Elio., Tella, Marco., Rocha, Solange., & Matos, Cristina. (2016). Da teoria ao ato: Refletindo sobre educação, reconhecimento e antirracismo. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, 44, 165-187.
- Frigotto, Gaudencio. (2017). Dermeval Saviani e a centralidade ontológica do trabalho na formação do “homem novo”, artífice da sociedade socialista. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(62), 509-519.

- Katz, Elvis Patrick., & Mutz, Andressa SC. (2017). Escola sem Partido – Produção de sentidos e disputas em torno do papel da escola pública no Brasil. *ETD- Educação Temática Digital Campinas*, 19, 184-205.
- Macedo, Elizabeth. (2017). As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, 38 (139), 507-524.
- Miguel, Luis Felipe. (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, 7(15), 590-621.
- Miskolci, Richard., & Campana, Maximiliano. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, 32(3), 725-748.
- Nicolazzi, Fernando. (2016). Qual o partido da escola sem partido? *Revis. do Lhiste*, 5(3), 82-85.
- Nunes, Silvia., & Aguiar, Letícia. (2017). O direito à liberdade de ensino à luz da constituição federal de 1988. *Poiésis*, 11(20), 393-413.
- Pacheco, Ana P. (2017). Os incomodados que se mudem: A subjetividade contemporânea de "Os inquilinos", de Sérgio Bianchi. *Novos Estudos*, 36(3), 153-167.
- Paiva, Beatriz A., & Hillesheim, Jaime (2016). Ainda Sobre os 80 Anos do Serviço Social: direitos sociais em tempos de ruptura democrática. *Textos & Contextos.*, 15(2), 250-263.
- Piccoli, Andrezza., Kligerman, Débora., & Cohen, Simone. (2017). Políticas em saúde, saneamento e educação: trajetória da participação social na saúde coletiva. *Saúde e Sociedade*, 26(2), 397-410.
- Ramos, Moacyr S., & Santoro, Ana C. dos S. (2017). Pensamento freireano em tempos de escola sem partido. *Inter-ação*, 42(1), 140-158.
- Ramos, Moacyr S., & Stampa, Inez. (2016). Subversão e resistência docente: notas sobre ditadura militar e o Programa Escola sem Partido. *Espaço do Currículo*, 9(2), 249-270.
- Reis, Graça R., Campos, Marina S., & Flores, Renata L. (2016). Currículo em tempo de Escola sem Partido: hegemonia disfarçada de neutralidade. *Espaço do Currículo*, 9(2), 200-214.
- Senado Federal. (2015). Projeto de Lei do Senado 193/2016. Brasília, DF: Malta, Magno. Acessado em 29 de maio de 2018, de: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>
- Sallas, Ana.(2017).E a luta continua! #OCUPATUDO: Potência e dilemas da ação política. *Interseções*, 19(2).
- Santo, Elisei. (2017). Homossexualidade: psicanálise, religião e educação. *INTERthesis*, 14(3),88-103.
- Santos, Paulo, R. F. dos(2017). Ideologia e política em Antônio Gramsci: aproximações teóricas às suas principais contribuições. *Revista em Pauta*, 39(15), 51-69.
- Silva, Alessandro Soares da. (2007). Direitos Humanos e lugares minoritários: um convite ao pensar sobre os processos de exclusão na escola. *Programa Ética e Cidadania*. Brasília: MEC. Acessado em 29 de maio de 2018, de: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/11_soares.pdf
- Sousa Junior, Justino de. (2017). Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. *Trabalho, Educação e Saúde*, 15(3), 953-956.
- Souza, Ana Lucia S., Manhas, Cleomar., Cara, Daniel., Carreira, Denise., Eloy, Denise., Gonçalves, Edinéia., e cols. (Org). (2016). *A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação*. Acessado em 29 de maio de 2018. de: http://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/escolasempartido_miolo.pdf
- Tonet, Ivo. (2013). *Educação contra o capital*. São Paulo: Instituto Lukács.

Recebido em 20/04/2018.

Aceito em 28/07/2018.